

Despacho (extracto) n.º 23 087/2006

Por despacho de 4 de Setembro de 2006 do director da Escola Náutica Infante D. Henrique:

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparada à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Ana Cristina de Almeida Pimentel, com início em 1 de Janeiro de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Armando Pais Lourenço, com efeitos reportados a 1 de Maio de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de Carlos Alexandre Magano e Silva, com efeitos reportados a 16 de Setembro de 2005, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 195 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Carlos Daniel Figueiredo Soares, com efeitos reportados a 3 de Outubro de 2005, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparada à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Dalila Carvalho Moutinho, com início em 26 de Abril de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo integral, de Fortunato Carlos Alves da Costa, com início em 21 de Fevereiro de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparada à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Helena Pinto de Sousa Leitão de Barros, com início em 26 de Abril de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de Isidoro Falcão Pinto Correia, com efeitos reportados a 22 de Outubro de 2005, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 195 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo integral, de Jaime Lima dos Santos, com efeitos reportados a 17 de Setembro de 2005, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Manuel Margarido Tão, com início em 1 de Janeiro de 2006, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparada à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo integral, de Maria de Lourdes Bravo, com efeitos reportados a 16 de Setembro de 2005, pelo período de dois anos, com a remuneração correspondente ao índice 195 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de professor-adjunto da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Mário Fernando Gonçalves Nogueira, com efeitos reportados a 26 de Abril de 2006 e até 15 de Setembro de 2006, com a remuneração correspondente ao índice 185 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

Foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, para o exercício de funções como equiparado à categoria de assistente do 1.º triénio da Escola Náutica Infante D. Henrique, em regime de tempo parcial, de Paulo César Fernandes Bouça, com efeitos reportados a 21 de Abril de 2006, pelo período de um ano, com a remuneração correspondente ao índice 100 do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2006. — O Director, *João Manuel R. Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 088/2006

A Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, instituiu os núcleos locais de inserção (NLI) como entidades que sucedem nas atribuições das comissões locais de acompanhamento (as CLA, criadas em sede de rendimento mínimo garantido). Os NLI são as entidades incumbidas de aprovar os programas de inserção, organizar os meios inerentes à sua prossecução e ainda de proceder ao acompanhamento e avaliação da respectiva execução.

Assim, dando início ao cumprimento do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro, no qual se consagra o procedimento necessário à implementação destas estruturas locais, e sem prejuízo de despacho autónoma no qual se procederá à nomeação dos elementos que as integrarão, determino o seguinte:

1 — As CLA, criadas no âmbito do rendimento mínimo garantido, transitam para os NLI, com as seguintes alterações:

a) As CLA de Setúbal 1 e Setúbal 2 passam a constituir um único NLI, passando a designar-se por NLI de Setúbal;

b) As quatro CLA existentes na cidade do Porto passam a constituir-se em três NLI:

i) Porto Ocidental com as seguintes freguesias: Aldoar, Foz do Douro, Lordelo do Ouro, Nevogilde, Massarelos, Miragaia, São Nicolau, Sé, e Vitória;

ii) Porto Central com as seguintes freguesias: Cedofeita, Paranhos e Ramalde;

iii) Porto Oriental com as seguintes freguesias: Bonfim, Campanhã e Santo Ildefonso;

c) As 10 CLA existentes no concelho de Lisboa passam a constituir-se em 8 NLI:

i) NLI 1 com as seguintes freguesias: Coração de Jesus, Encarnação, Mártires, Mercês, Santa Catarina, Sacramento, São Mamede, São José, São Paulo e Pena;

ii) NLI 2 com as seguintes freguesias: Benfica, Carnide e São Domingos de Benfica;

iii) NLI 3 com as seguintes freguesias: Ameixoeira, Charneca e Lumiar;

iv) NLI 4 com as seguintes freguesias: Marvila, Alto Pina, Beato e São João Evangelista;

v) NLI 5 com a seguinte freguesia: Santa Maria dos Olivais;

vi) NLI 6 com as seguintes freguesias: Alvaiade, Campo Grande, São João de Brito, São João de Deus, São Sebastião da Pedreira e São Jorge de Arroios;

vii) NLI 7 com as seguintes freguesias: Campolide, Lapa, Santos-o-Velho, Santa Isabel, Santo Condestável, Ajuda, Alcântara, Prazeres, Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier;

viii) NLI 8 com as seguintes freguesias: Anjos, Castelo, Graça, Madalena, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, São Vicente de Fora, Sé, Socorro, Penha de França e Santa Engrácia.

2 — As CLA não referidas no número anterior transitam sem alterações para os respectivos NLI.

3 — O distrito do Porto passa a agrupar uma nova estrutura local, o NLI da Trofa.

4 — A nomeação dos representantes designados pelos diferentes sectores que compõem os NLI referidos do presente despacho será objecto de despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

5 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de Outubro de 2006. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social.

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

Despacho n.º 23 089/2006

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino, a seu pedido, a cessação da comissão de serviço do vogal do conselho directivo do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., licenciado Alfredo Augusto Barreiros Simões da Silva, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 2006.

10 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Despacho n.º 23 090/2006

Considerando que a atribuição do prémio de mérito constitui um testemunho de apreço e uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares ou colectivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido na integração profissional de pessoas com deficiência;

Considerando que, nos termos do despacho n.º 12 008/99, de 24 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Junho de 1999, o júri do concurso é nomeado, em cada ano, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;

Considerando que as diversas entidades com assento no júri indicaram já os respectivos representantes:

Assim, ao abrigo do n.º 11 do referido despacho, determino o seguinte:

1 — É nomeado o júri do prémio de mérito referente ao ano de 2005, constituído pelas seguintes personalidades:

Coronel Manuel da Costa Braz, que preside.

Dr. Leonardo Rafael Pereira Pires da Conceição, em representação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.

Dr. José Ferreira Dias Correia, em representação do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Drs. Domingos Alves Marques Rosa e Rogério Manuel Dias Cação, em representação das entidades representativas das pessoas com deficiência.

Dr. Camilo Rodrigues e Prof. Jerónimo de Sousa, em representação das entidades que actuam no domínio da reabilitação profissional das pessoas com deficiência.

Drs. António Vergueiro e Florbela Leopoldo, em representação das associações de empregadores.

José António Silveira Subtil e Ana Paula da Silva Viseu Esteves, em representação das associações sindicais.

Engenheira Cátia Patrícia Pinto Pimenta Ferreiras Rosas e Dr.ª Rosa Maria Neves Lucas Neto, em representação do sector cooperativo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

23 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 23 091/2006

Por meu despacho de 27 de Outubro de 2006, proferido no uso de competência delegada, foi Lobélia Cristina da Silva Melo nomeada definitivamente, após concurso, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-MTS, actual Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com efeitos à data do despacho, sendo exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2006. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Gouveia*.

Inspecção-Geral do Trabalho

Despacho (extracto) n.º 23 092/2006

Por despachos de 25 de Outubro de 2006 da directora do Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Externas e de 26 de Outubro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foi Maria José Martins da Silva Aires Rodrigues Vicente, técnica profissional especialista principal do quadro de pessoal do GAERE, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Despacho (extracto) n.º 23 093/2006

Por despacho de 19 de Outubro de 2006 do inspector-geral do Trabalho, foram Paula Maria Valério de Sousa de Magalhães Neves, António José Gomes Borges, Maria Fernanda das Neves Nogueira, Amaro Lobo Peixoto, Eduardo Miguel Pires Gil, António Manuel Rosa Lopes Salgueiro, Maria Emília de Freitas Morgado da Costa Pereira, Maria Luísa de Matos Costa Ramos Resende, Emídio dos Santos Figueiredo, Diamantina Garção da Silva Real Tavares, Maria dos Anjos Caeiro Pereira Gonçalves, Álvaro José Pontes Oliveira, Helena Maria Martins de Melo Antunes, João Lemos da Silva, Ana Maria da Luz Dória, Maria Isabel Rolão Alves de Almeida Vicente, Teodolindo da Conceição Bernardo, Maria do Céu Carvalho da Mota Ferreira, Maria Teresa Alves Raimundo da Terra, Joaquim Coelho Queirós, Maria da Conceição Pacheco Lagartinho, Ivone Maria Valadas Marques Martins, Glória Salomé Norte de Azevedo, Maria José da Cruz Martins Henriques Valente, Anabela Pires Rebelo Teixeira Vieira, Maria Nídia da Conceição do Nascimento, Aida Cristina dos Santos Sousa Geraldes de Ramos Saraiva, Daniel José dos Reis Bárbara, Maria Luísa Rosa Ferreira e António Manuel Mil-Homens Rosa, inspectores-adjuntos especialistas principais do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, nomeados definitivamente, precedendo concurso, inspectores técnicos principais do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços, *Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Segurança Social do Porto

Despacho (extracto) n.º 23 094/2006

No uso dos poderes que me são conferidos pelo adjunto do director do Centro Distrital de Segurança Social do Porto, através do seu despacho n.º 20 724/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Outubro de 2006, e ao abrigo do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no director do Núcleo de Património, Aprovisionamento e Logística, licenciado Hugo Filipe Varela Correia Tavares, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo Núcleo:

1) Decidir sobre:

1.1) Pedidos de justificação de faltas;

1.2) Processos relacionados com dispensa para amamentação, consultas médicas ou exames complementares de diagnóstico;